

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E AGROECOLOGIA: APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E DISPUTAS PELAS TERRITORIALIDADES

MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES Y AGROECOLOGÍA: APROPIACIÓN DEL ESPACIO Y DISPUTAS POR TERRITORIALIDADES

SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS AND AGROECOLOGY: APPROPRIATION OF SPACE AND DISPUTES OVER TERRITORIALITIES



Fernanda Aparecida MATHEUS¹
e-mail: fernanda.matheus@unesp.br



Carlos Alberto FELICIANO²
e-mail: carlos.feliciano@unesp.br

Como referenciar este artigo:

MATHEUS, F. A.; FELICIANO, C. A. Movimentos socioterritoriais e agroecologia: apropriação do espaço e disputas pelas territorialidades. **Revista Formação (Online)**, v. 32, Edição Especial 1, e025109, 2025. DOI: 10.33081/33e025109



| Submetido em: 11/04/2024
| Revisões requeridas em: 15/06/2024
| Aprovado em: 16/04/2025
| Publicado em: 09/07/2025

Editores: Profa. Dra. Danielle Cardozo Frasca Teixeira
Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente – SP – Brasil. Doutora em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente – SP – Brasil. Graduado em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente.

RESUMO: Este artigo se propõe a contribuir com o aprofundamento teórico da categoria de análise movimento socioterritorial e para a elaboração de uma abordagem da agroecologia a partir deste debate, tendo como base as experiências de produção e comercialização de alimentos agroecológicos desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado de São Paulo. Sua elaboração se orientou pelos princípios da pesquisa participante, a partir de revisão bibliográfica, acompanhamento às redes sociais do MST e trabalhos de campo, com visitas às áreas de assentamentos e locais de comercialização nos municípios de Ribeirão Preto, Restinga, Bauru, Promissão, Piratininga, Gália, Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha, Rosana e Sandovalina. Além disso, foram realizadas entrevistas abertas não diretivas com dirigentes do MST e lideranças urbanas que contribuem para a articulação e operacionalização das iniciativas de circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos, produzidos em áreas de acampamentos e assentamentos. Nossos resultados de pesquisa demonstram que a materialização da agroecologia se dá na conflitualidade com o projeto de sociedade ditado pela lógica do capital, sendo possível com a desterritorialização do agronegócio. Também indicam as experiências de produção e comercialização agroecológica como potenciais aglutinadoras de pautas e metodologias de lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade, contribuindo para o diálogo com a sociedade sobre a importância de se realizar um efetivo programa de reforma agrária.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária. Campo-cidade. Sociedade-natureza. Alimentação Saudável.

RESUMEN: Este artículo se propone a contribuir con la profundización teórica de la categoría de análisis movimiento socioterritorial y para la elaboración de un abordaje de la agroecología a partir de este debate, teniendo como base las experiencias de producción y comercialización de alimentos agroecológicos desarrolladas por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), en el estado de San Pablo. Su elaboración se orientó por los principios de la investigación participante, a partir de revisión bibliográfica, observación de las redes sociales del MST y trabajos de campo, con visitas a las áreas de asentamientos y locales de comercialización en los municipios de Ribeirão Preto, Restinga Bauru, Promissão, Piratininga, Gália, Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha, Rosana y Sandovalina. Además, fueron realizadas entrevistas abiertas no directivas con dirigentes del MST y lideranzas urbanas que contribuyen para la articulación y operacionalización de las iniciativas de circuitos cortos de comercialización de alimentos agroecológicos, producidos en áreas de campamentos y asentamientos. Nuestros resultados de investigación demuestran que la materialización de la agroecología se da en la conflictualidad con el proyecto de sociedad dictado por la lógica del capital, siendo posible con la desterritorialización del agronegocio. También indican las experiencias de producción y comercialización agroecológica como potenciales aglutinadoras de pautas y metodologías de luchas de la clase trabajadora en el campo y en la ciudad, contribuyendo al diálogo dentro de la sociedad sobre la importancia de realizarse un efectivo programa de reforma agraria.

PALABRAS CLAVE: Reforma agraria. Campo-ciudad. Sociedad-naturaleza. Alimentación saludable.

ABSTRACT: *This article aims to contribute to the theoretical deepening of the socio-territorial movement analysis category and to the elaboration of an agroecological approach from this debate, based on the experiences of production and commercialization of agroecological food developed by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), in the state of São Paulo. Its elaboration was based on a bibliographical review, monitoring of the MST's social networks and fieldwork, with visits to settlement areas and commercial sites in the municipalities of Ribeirão Preto, Restinga, Bauru, Promissão, Piratininga, Gália, Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha, Rosana e Sandovalina. In addition, open non-directive interviews with MST representatives and urban leaders who contribute to the articulation and operationalization initiatives for short circuits for the commercialization of agroecological foods produced in camp and settlement areas. Our research results demonstrate that the materialization of agroecology occurs in conflict with the society project dictated by the logic of capital, being possible with the deterritorialization of agribusiness and, they indicate the experiences of agroecological production and commercialization as potential agglutinators of agendas and methodologies of working class struggles in the countryside and in the city, contributing to dialogue with society about the importance of carrying out an effective agrarian reform program.*

KEYWORDS: *Agrarian reform. Country-city. Nature-society. Healthy eating.*

Introdução

As ideias apresentadas neste texto resultam do aprofundamento do debate desenvolvido pela autora e pelo autor ao longo da elaboração da tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG), da Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP/FCT, que procurou analisar a agroecologia, enquanto movimento socioterritorial. Também resultam das reflexões propostas no âmbito do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA) e da disciplina Movimentos Socioterritoriais, Insurgências e Transformações Políticas: perspectivas comparadas – Brasil, América Latina e Reino Unido.

A metodologia para o desenvolvimento da pesquisa e, consequentemente, deste artigo, se orientou pelos fundamentos da pesquisa participante (Thiolent, 1987), em que se assumiu uma postura de análise crítica para interpretar a realidade e sistematizar as lições e aprendizagens adquiridas no processo de construção das experiências de produção e comercialização de alimentos agroecológicos pelas famílias assentadas e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado de São Paulo. Na perspectiva do aperfeiçoamento das experiências existentes e de sua espacialização e territorialização.

Os trabalhos de campo e entrevistas foram realizados entre 2019 e 2022, período em que fomos desafiadas(os), em função do isolamento social imposto pela pandemia, a pensar outras formas de manter-se em diálogo com os territórios pesquisados e os sujeitos participantes na pesquisa. Como sujeitos participantes da pesquisa, com base em Rappaport (2007), entendemos todas(os) aquelas(es) que estão no cotidiano da organização da produção e da comercialização de alimentos agroecológicos nas áreas de acampamentos e assentamentos as/os quais pudemos visitar, entrevistar e compartilhar impressões e opiniões sobre o processo.

As visitas aos assentamentos e locais de comercialização foram realizadas de março de 2019 a março de 2020 e de novembro de 2021 a janeiro de 2023, quando percorremos os assentamentos: Reunidas e Dandara — município de Promissão, Luiz Beltrame — município de Gália, Laudenor de Souza — município de Piratininga, Mário Lago — município de Ribeirão

Preto, 17 de abril, município de Restinga, Rodeio — município de Presidente Bernardes, Dom Tomás Balduino — município de Sandovalina e Gleba XV de Novembro — municípios de Euclides da Cunha Paulista e Rosana. Nestas ocasiões realizamos observações e anotações

relacionadas às dinâmicas produtivas e sociais dos territórios.

Ao todo realizamos 24 entrevistas, utilizando roteiro de entrevistas não estruturado e não diretivo (Thiolent, 1987), ou seja, as/os entrevistadas/os eram provocadas/os a discorrer sobre sua participação em espaços de produção e comercialização agroecológica e relacionar, tais práticas com o programa agrário do MST, aprovado em 2014, tendo como lema “Lutar: construir Reforma Agrária Popular”. Sendo 20 entrevistas com militantes e dirigentes do MST, atuantes nas práticas e debates sobre agroecologia, em escala local, estadual e nacional. E também com 4 militantes urbanos que contribuem na articulação e organização das iniciativas de comercialização em que o MST está envolvido nos municípios de Marília, Presidente Prudente e Ribeirão Preto, a escolha destes deu-se a partir das sugestões dos dirigentes estaduais do setor de produção do MST. Para esse artigo optamos por um recorte que privilegia o relato das falas e práticas das(os) militantes e dirigentes do MST.

A partir de revisão bibliográfica, debates e trabalhos de campo realizados, assumimos como pressuposto que a humanidade em cada período histórico se depara com desafios e dilemas relacionados a forma de apropriação, uso e gestão do espaço e dos territórios. No século XXI, o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas organizadas, desde a perspectiva de atender as demandas do sistema capitalista para reprodução ampliada do capital, adota uma racionalidade científica, tecnológica, de produção e consumo que não leva em consideração os limites da natureza e a garantia de condições de vida digna para a população. Para Mészáros (2007) tal modelo de desenvolvimento não é apenas insustentável, como tende a autodestruir as condições de existência da vida no planeta.

Deste modo, diante de um mundo cada vez mais globalizado e ao mesmo tempo fragmentado, em que as especificidades locais são suprimidas, em nome da modernidade e do lucro (Ploeg, 2008), compreendemos como fundamental colocar em evidência discussões teórico-metodológicas e políticas que abordem as iniciativas de resistência e insurgência frente ao processo de mercantilização e precarização da vida e proponham o exercício de outras técnicas e territorialidades (Raffestin, 1993).

Neste contexto, parece-nos pertinente fazer uma abordagem analisando as disputas, os conflitos e a conflitualidade (Fernandes, 2000; 2005; Fernandes; Sobreiro Filho, 2023) inerente ao processo de construção da agroecologia. Para esse fim vamos nos pautar pela ação dos movimentos socioterritoriais camponeses no estado de São Paulo, de modo especial, o MST. Afirmando a própria agroecologia como movimento socioterritorial, que tem o território como trunfo, isto é, que não apenas faz a mediação no território, mas que se apropria do território,

propondo e construindo territorialidades distintas da territorialidade (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023) do capital e do agronegócio.

Na nossa interpretação, a materialização da agroecologia enfrenta o sistema alimentar de base capitalista (McMichael, 2016) e só é possível mediante a desterritorialização do latifúndio e do agronegócio, apropriando-se do território. Não é possível produzir alimentos sem veneno, sem se apropriar do território e desterritorializar o agronegócio. Logo, na atualidade a agroecologia em si se constitui em um movimento socioterritorial, que deve andar passo a passo com as reivindicações pelo direito à terra para trabalhar e viver, como a afirmação do acesso à terra pelas camponesas e camponeses como condição para produção, comercialização e consumo de alimentos saudáveis para toda população e para promoção da conservação ambiental e da democracia.

A interpretação da agroecologia como movimento socioterritorial tem como embasamento teórico os trabalhos de Wezel, Bellon, Doré, Francis, Vallod e David (2009), Borsatto e Carmo (2012) que analisam a agroecologia como a confluência entre ciência, movimento e prática. Nesta perspectiva a discussão proposta por este texto, tem a finalidade de aprofundar os aspectos que caracterizam a agroecologia em seus aspectos de movimento relacionando com os debates propostos por Fernandes (2000), Massey (2011), Pedon (2013), Halvorsen, Fernandes e Torres (2022) e Fernandes e Sobreiro Filho, (2023) sobre movimentos socioterritoriais.

O presente artigo está organizado em 4 seções, que se dedicam a análise teórica da categoria de movimento socioterritorial; elaboração de uma argumentação para abordagem da agroecologia enquanto movimento socioterritorial; discussão da construção da agroecologia nos territórios conquistados pelo MST, a partir do discurso da militância e das experiências práticas em andamento no estado de São Paulo, especialmente nos municípios de Altair, Araçoiaba da Serra, Bauru, Boituva, Campinas, Gália, Iperó, Itapetininga, Lins, Mairinque, Marília, Pindamonhangaba, Pirajuí, Piratininga, Presidente Prudente, Promissão, Restinga, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba e Tatuí.

Sujeitos, pautas, formas de lutas: catalisadores das resistências e insurgências

Nesta seção refletimos sobre questões relacionadas ao desafio de unir e reunir os diferentes sujeitos, camponesas(es) e trabalhadoras(es) urbanas(os), homens e mulheres, jovens

e idosos em torno de uma demanda comum e uma ação coletiva, tendo como fio condutor a agroecologia. Em outros termos, quais são os elementos com capacidade de aglutinar e dar materialidade a pautas e lutas, em torno de aspectos relacionados à produção, à comercialização e ao consumo de alimentos saudáveis, não apenas isentos de agrotóxicos e resíduos de fertilizantes e outros insumos sintéticos de origem industrial, mas produzidos com base em princípios do respeito e cuidado entre seres humanos e democratização do acesso aos bens da natureza e meios de produção.

Pedon (2013) identifica uma relação entre as características físicas do espaço com a propensão a auto-organização das comunidades e sua combatividade nos processos de lutas. Para o autor são os problemas da vida real que impulsionam a organização para a luta, contexto em que pautamos o desafio de pensar a produção, a comercialização e o consumo de alimentos saudáveis como uma questão do cotidiano da população, relacionado à conservação dos bens da natureza e à promoção da qualidade de vida no campo e na cidade.

Para Briata, Colomb e Mayer (2020) algumas questões problemas ou ameaças atuam como catalisadores para o surgimento das ações coletivas, para isso é imprescindível identificar quais pautas e formas de lutas fazem com que os indivíduos se identifiquem e se organizem em torno de um objetivo comum e estabeleçam coalizões, que no território cumpram o papel de força politizadora nos processos de mobilização.

Briata, Colomb e Mayer (2020) pontuam também, a necessidade de as coalizões superarem o localismo, o corporativismo, o conservadorismo e a fragmentação nos movimentos localizados, com a construção de agendas mais amplas, a inovação nas formas de colaboração e de alianças. Buscando o sentido de comunidade enquanto coletivo de organização capaz de integrar as preocupações compartilhadas em um território multidimensional por sujeitos diversos, valorizar as subjetividades locais, potencializar os pontos comuns de identidade e vínculo com o lugar e transformá-los em práticas inclusivas de protesto, práticas sociais de cuidado e encontro cotidiano.

Silvestre e Jajamovich (2021) abordam os aspectos relacionais entre lugares e territórios, a partir do que caracterizam como imãs de coalizão, que são ideias estrategicamente usadas para enquadrar interesses, mobilizar apoiadores e construir coalizões. Em outras palavras, ideias que cumprem o papel de criar as condições para se obter apoio ou se construir resistência às agendas políticas de Estado e/ou do capital.

Com base nos elementos elencados, podemos interpretar as resistências e insurgências como parte do exercício da democracia substantiva em contraposição à democracia formal

(Mészáros, 2002) de proposição de novas instâncias e formas de fazer a política, debater ideias e projetos políticos e do esforço de construir consensos ou dissensos na disputa pela hegemonia. Dinâmica essa que, na atualidade, tem encontrado substrato nos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, cuja atuação evidencia os conflitos e disputas que se estabelecem no contexto da crise de legitimidade da democracia representativa (Halvorsen; Fernandes; Torres, 2022).

Corroborando a assertiva de Silva, Sobreiro Filho e Fernandes (2021, p.18), segundo a qual:

Neste cenário, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são vanguarda e resistência e confronto, como o que há de mais moderno na defesa de pautas de natureza civilizatória e contestação do poder hegemônico destruidor da riqueza humana e natural, bem como nos dilemas relacionados à frágil democracia brasileira [...].

Silva, Sobreiro Filho e Fernandes (2021) interpretam os movimentos socioespaciais e socioterritoriais como sujeitos coletivos, que pela sua forma de organizar-se e atuar no espaço, estão se despontando como vanguarda na vida social e política, com capacidade de organizar a resistência, confrontar e contestar o poder hegemônico, defender pautas civilizatórias, fortalecer a democracia e pressionar o Estado para a adoção de políticas públicas que atendam aos interesses e necessidades da sociedade.

Neste sentido, a interação construída durante a fase de socialização política e construção da agenda dos diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais é o que existe de mais moderno e inovador do ponto de vista da construção coletiva de distintos métodos de desfragmentação do espaço em diferentes escalas geográficas e por essa razão necessitam ser pesquisados e compreendidos como um método original de produção do espaço, fundamentado nos princípios da igualdade e inclusão (Silva; Sobreiro Filho; Fernandes, 2021, p. 29).

A atuação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais dá-se por meio de pautas que atendem necessidades específicas de um determinado grupo social de acesso a meios de produção e reprodução da vida em condições dignas, que entretanto, diante da conflitualidade inerente ao sistema capitalista apresentam potencial revolucionário de transformação social da realidade e do espaço e construir outras dinâmicas territoriais. E deste modo, promovem outro tipo de territórios, que se relacionam com o território estatal, sendo assim podemos pensar nas multiterritorialidades e territorialidades não estatais (Halvorsen; Fernandes; Torres, 2022).

As pautas defendidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais são traduzidas em ações, que buscam sensibilizar a sociedade para sua importância, inseri-las nos programas

de governo e transformá-las em políticas públicas. Para Fernandes (2015, p. 382) “a elaboração de políticas públicas é resultado da correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes”, desta forma o sucesso das proposições dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais do campo depende da habilidade de demonstrar sua capacidade de mobilização, articulação social e política e de contestação da lógica do agronegócio.

No Brasil, o fazer político dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais do campo não só reivindica a participação no planejamento das políticas públicas, mas sua atuação incide sobre o planejamento estatal. Suas práticas exigem e forçam a ação do Estado na implementação de políticas públicas, bem como participam ativamente na execução destas. Assim podemos observar, as diversas ações para a promoção da agroecologia e para a garantia do acesso da população ao direito à alimentação, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Iniciativas que sofrem e refletem as oscilações da correlação de forças entre movimentos socioterritoriais e socioterritoriais, Estado e agronegócio.

Silva, Sobreiro Filho e Fernandes (2021) destacam as ocupações de terras como uma das possibilidades de ações com o objetivo de se apropriar do espaço e disputar territórios e por isso na nossa interpretação, se constitui como um componente importante para a construção do movimento agroecológico.

A identificação das terras públicas e devolutas invadidas pelo latifúndio e o agronegócio e das áreas improdutivas, que não cumprem a função social e a denúncia de tal condição ou a indicação destas para que o governo proceda a vistoria e a posterior arrecadação e destinação para implantação de assentamentos, provoca o Estado para o cumprimento da obrigação constitucional de executar a reforma agrária, mediante a criação de novos assentamentos, fator primordial para a o avanço a espacialização e territorialização da agroecologia.

A conquista de novos assentamentos representa a possibilidade de fazer avançar a agroecologia, em termos da ampliação do número de unidades produtivas e da área ocupada pela produção de alimentos saudáveis, ressaltando que não se produz alimentos saudáveis com base em relações humanas, sociais, econômicas e ecológicas doentes e desequilibradas.

Contudo, é importante frisar que a proximidade destes territórios aos territórios do agronegócio impõe e amplifica seus desafios, visto que as práticas do agronegócio os afetam de várias maneiras, desde o ponto de vista da disputa territorial, pela tentativa de avanço sobre as áreas já conquistadas pela reforma agrária, seja do ponto de vista dos desequilíbrios

ambientais e contaminação provocadas pelo uso de agrotóxicos no entorno (Lima; Matheus; Fernandes, 2024; Neves, 2020; Thomaz Junior, 2017).

O controle do espaço é fundamental para a materialização do projeto político (Halvorsen; Fernandes; Torres, 2022), o que torna pertinente, para o estudo das resistências e insurgências, a diferenciação entre movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Movimentos socioterritoriais, tem como objetivo principal a apropriação do espaço como parte do seu projeto político, em outros termos, tem o território como centralidade e essa particularidade se expressa a partir da estratégia, da identidade, sociabilidade política e instituições.

[...] movimientos socioterritoriales el territorio es el objeto central de su lucha y es la clave para sus fines y necesidades. En segundo lugar, a partir del territorio se construyen la identidad y la subjetividad política en los movimientos socioterritoriales, y se generan tanto las oportunidades como las limitaciones para su potencial de movilización. En tercer lugar, el territorio es un lugar de encuentro y socialización política que permite a los movimientos generar nuevos valores y nuevas relaciones sociales. Finalmente, a través del proceso de TDR los movimientos Sociales institucionalizan sus formas organizacionales, a la vez que se superponen y se enredan con el proyecto territorial del Estado (Halvorsen; Fernandes; Torres, 2022, p. 3).

De tal modo que, o território é mobilizado para alcançar seus objetivos, a partir de ações coletivas, que ademais dos resultados práticos, tem incidência na subjetividade e construção da identidade, socialização política, produzindo novos valores e relações sociais (Halvorsen; Fernandes; Torres, 2022). A criação de estruturas de discussão e tomada de decisão coletiva, como os núcleos de base e setores de trabalho nos acampamentos e assentamentos organizados pelo (MST), instâncias nas quais cada indivíduo – mulheres, homens, jovens, idosos e as crianças, é convidado e desafiado a participar ativamente, se responsabilizando pelos acordos estabelecidos.

Nossas pesquisas nos permitem afirmar que nos processos de luta pela terra, reforma agrária e construção da agroecologia no Brasil o objetivo é desterritorializar o latifúndio e o agronegócio e reterritorializar um modo de organizar a vida e a produção com base em outros valores, que tem reflexos não apenas na dimensão da convivência humana, mas também na relação sociedade-natureza.

Assim, entendemos que os resultados práticos de conquista de fração do território com a implantação de um assentamento, reflete na construção da identidade de um sujeito coletivo, modifica a forma com que as pessoas se veem e se posicionam no espaço. Também modificam a forma como as pessoas, organizam e representam o espaço. bem como, instituem estruturas

organizativas com capacidade de pressionar e negociar com o Estado e demonstrar a possibilidade de territorialidades distintas da territorialidade do agronegócio e do capital.

A habilidade política demonstrada pelos movimentos socioterritoriais em diferentes escalas pode ser relacionada a reflexão proposta por Massey (2011) sobre o lugar do local na dinâmica de contestação à globalização. A autora afirma que as identidades dos lugares são construídas relacionalmente e reivindica a importância das ações com intencionalidade de modificar a geometria do poder em escala global, articular o uso dos recursos para se contrapor a hegemonia capitalista, construir relações entre lugares e territórios com base em outra dinâmica orientada pela ajuda mútua e intercâmbios. Para Massey (2011) é preciso reorganizar a natureza das relações internacionais, o que de acordo com nossa interpretação, os movimentos socioterritoriais tem feito de forma multiescalar, construindo e forjando uma identidade camponesa internacional e a partir de instâncias não estatais, buscando influenciar a atuação dos governos nacionais, nas políticas internas e internacionais.

A capacidade organizativa dos movimentos socioterritoriais não se restringe às localidades, mas se articula em múltiplas e diferentes escalas, como podemos compreender pelas alianças e redes de apoio constituídas pelas camponesas e camponeses em escala global, como é o caso da Via Campesina, do Movimento Nyéléni, do Movimento de Camponês a Camponês – MACAC e do Movimento Agroecológico da América Latina - MAELA (Desmarais, 2007; Wezel *et al.*, 2009; Machin Sosa *et al.*, 2012; Matheus, 2022) que contemplam os mais distintos sujeitos, pautas e formas de ação, em um exercício que Desmarais (2007) define como a construção da unidade na diversidade, tendo a terra e o alimento como elemento identitário. E assim, podemos interpretá-la com base em Briata, Colomb e Mayer (2020), Halvorsen, Fernandes e Torres (2022) como elementos catalisadores e de coalizão. Aspectos que a seguir vamos relacionar a construção da agroecologia, desde seus primórdios aos dias atuais.

O caráter de movimento socioterritorial da agroecologia

Nesta seção propomos a discussão da construção da concepção da agroecologia como movimento socioterritorial, diante da imposição da revolução verde e das bases técnico-científicas, sociais e políticas, que sustentam o agronegócio, com incidência nas relações sociais e de poder. Paradigma tecnológico esse, que caracteriza a agricultura capitalista, que segundo Porto-Gonçalves e Leão (2020) só se materializa com a contribuição da ação estatal de forma

autoritária, como por exemplo a ditadura militar que se instalou no Brasil, na década de 1960.

No Brasil 70% dos alimentos são produzidos pela agricultura camponesa familiar (Mitidiero Junior; Barbosa; Sá, 2016). Entretanto, o agronegócio, através das grandes corporações transnacionais, controla a cadeia de produção, processamento e distribuição, transformando a produção agrícola em mais uma das possibilidades de obtenção do lucro e reprodução do capital, integrada no mercado mundial (Ploeg, 2008).

Para Raffestin (1993, p. 229), “a produção dos recursos renováveis, desde o aparecimento da agricultura, é realizada pelo estabelecimento de ecossistemas agrícolas, ou seja, pela organização de porções da superfície terrestre” e agricultura como ação humana sociocultural, histórica e geográfica (Mazoyer; Roudart, 2010) tem na fotossíntese a principal fonte de recursos renováveis, o que torna a agroecologia uma práxis fundamental para a vida em sociedade (Machado; Machado Filho, 2014; Primavesi, 2002).

Diante do avanço da agricultura capitalista e do aprofundamento das relações capitalistas no campo, ampliam-se os conflitos capital-trabalho e a questão ambiental toma cada vez mais relevância, considerando a dinâmica de reprodução do capital na disputa pela terra, pelos recursos naturais e pelos territórios (Thomaz Junior, 2010, 2017). O que para Kelli Mafor, dirigente do MST, condiciona a sobrevivência da humanidade à superação de tal lógica, que busca ter o domínio sobre a produção e reprodução da vida. Assim, cabe as camponesas e aos camponeses assumirem tal disputa, como sujeitos atuantes e insurgentes.

A proposição da interpretação da agroecologia como movimento socioterritorial, embasa-se na compreensão dos movimentos socioterritoriais, como sujeitos coletivos que disputam e se apropriam do espaço, significam e ressignificam o ser e estar no espaço, questionam e propõem relações sociais e de poder e evidenciam as conflitualidades em torno dos projetos políticos e dos interesses de classe (Fernandes, 2000; Massey, 2011; Pedon, 2013; Halvorsen; Fernandes; Torres, 2022; Fernandes; Sobreiro Filho, 2023). Assim, propõe-se aprofundar o debate da agroecologia em seu caráter de movimento de questionamento da dinâmica da agricultura capitalista, de acordo com a abordagem de Wezel *et al.* (2009), Borsatto e Carmo (2012), que compreendem a agroecologia em uma dinâmica relacional entre ciência, movimento e prática.

Deste modo, sem ignorar o caráter de ciência e prática preconizado por Wezel, Bellon, Doré, Francis, Vallod e David (2009), Borsatto e Carmo (2012) nos propomos a abordar a agroecologia a partir do enfoque de movimento que se contrapõe diametralmente ao agronegócio, produz territorialidades orientadas pela contestação, insubordinação e insurgência

contra a ordem do capital (Rosset; Altieri, 2018; Anderson *et al.*, 2020) como práxis da classe trabalhadora, pelas suas relações, tensões, conflitos e lutas inerentes à questão agrária e aos sistemas alimentares.

Nas análises do MST a agroecologia se insere no contexto dos desafios da sociedade de repensar as relações entre os seres humanos, organização do espaço e as formas de apropriação e uso dos bens da natureza. Como afirma o dirigente do MST, trata-se de:

[...] que tipo de uso nós queremos dar ao solo, água e aos recursos naturais. Porque se é esse o uso, então o capitalismo tá dando certo, mas os impactos ambientais, socioeconômicos, seja na geração de empregos etc., trabalho escravo, destruição da natureza, são imensos. Então é preciso repensar, tudo isso, naquela toada nossa, semente é patrimônio da humanidade, terra é patrimônio da humanidade, água é patrimônio da humanidade, semente, enfim, conhecimento é patrimônio da humanidade e deveria estar a serviço da humanidade (Entrevista concedida por Gilmar, Mauro, dirigente do MST, em 21 mai. 2021).

O debate e as práticas de agroecologia têm se tornado cada vez mais presentes na vida cotidiana da sociedade contemporânea, contudo a concepção de agroecologia nos remete a uma construção histórica que envolve o fazer científico, o conhecimento tradicional das comunidades indígenas e camponesas e os conflitos e disputas políticas que envolvem o avanço da agricultura industrial e a destruição ambiental.

A palavra agroecologia é empregada desde 1928, com ampla difusão a partir de 1930, sendo utilizada, desde então, para analisar e nominar inúmeros processos com as mais diferentes dimensões, escalas e compreensões dos problemas e dilemas socioambientais, especialmente àqueles relacionados a produção agrícola e ao uso e gestão dos bens da natureza, abrangendo uma diversidade de campos do conhecimento, como a agronomia, a ecologia e a geografia (Wezel; Soldat, 2009; Wezel *et al.*, 2009; Borsatto; Carmo, 2012; Rosset; Altieri, 2018; Matheus, 2023). Dentre as contribuições históricas à consolidação do termo e do debate se destacam autoras(es) e pesquisadoras(es) como Sir Albert Howard, Lady Eve Balfour; Karl Kalges, Girolamo Azzi, Rachel Carson, Carolyn Merchant e Vandana Shiva (Rosset; Altieri, 2018). Segundo Toledo (2011) e Altieri e Toledo (2010), no Brasil são marcantes a contribuição de pioneiros como José Lutzenberg e Ana Primavesi e também podemos agregar a esta lista os nomes de Luiz Carlos Pinheiro Machado, Adilson Pachal e Paulo Kageyama.

O questionamento à revolução verde e ao uso de agrotóxicos, assim como a discussão a respeito da relação agricultura-sociedade, faz parte do repertório da agroecologia, especialmente nos Estados Unidos da América e na América Latina, onde se expande adotando

um enfoque que a concebe enquanto confluência entre ciência, movimento contestatório e prática agrícola. E entre as décadas de 1960-1990, incorpora novas dimensões, incluindo a análise dos sistemas alimentares em perspectiva interdisciplinar, que estabelece vínculos com os processos sociais e políticos, de luta e resistência dos movimentos ambientais, camponeses e indígenas. Se institucionalizando, a partir da onda eleitoral que elege governos democráticos populares em vários países (Wezel *et al.*, 2009; Rosset; Altieri, 2018). No Brasil, de acordo com Toledo (2011) e Altieri e Toledo (2010), merecem menção a articulação que se dá em torno da realização dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) e a fundação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Atualmente, a agroecologia é disputada por diferentes campos políticos (Giraldo; Rosset, 2016; Rosset; Altieri, 2018; Giraldo; Rosset, 2021), aspecto evidenciado pelo crescente uso da terminologia, inclusive pelo agronegócio (Borsatto; Carmo, 2013). Um dos campos atua na tentativa de se apropriar da agroecologia como conjunto de técnicas e tecnologias capazes de minimizar efeitos degradantes da agricultura industrial sobre o ambiente e a produtividade sem questionar suas bases técnico-científicas e éticas e as relações de poder, que segundo Giraldo e Rosset (2021) é o caso da abordagem adotada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

La adopción de la agroecología por parte de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) está impulsando a que las instituciones gubernamentales, los políticos y varias ONG adopten el discurso agroecológico en sus agendas, muchas veces en coordinación con el sector privado, lo que abre un abanico de posibles abusos de la agroecología, que van desde la creación de nuevas clientelas electorales, el lavado de la mala imagen del agronegocio y el sistema agroalimentario corporativista, la legitimación de las inversiones extractivistas, la incorporación de nuevos beneficiarios al gran negocio de los proyectos sociales, hasta la contención del disenso político (Giraldo; Rosset, 2021, p. 710).

E por outro lado os movimentos camponeses reivindicam a agroecologia como uma construção social, econômica e política capaz de enfrentar e superar o sistema alimentar hegemônico pelo capital (Machado; Machado Filho, 2014; Rosset; Altieri, 2018). Neste contexto, Giraldo e Rosset (2021), afirmam que a construção da agroecologia passa pela defesa, recuperação e redistribuição de terras as camponesas e camponeses.

Hoy, más que nunca, es indispensable decir que tomar/ocupar/recuperar/defender la tierra y el territorio es la precondition de todo proceso agroecológico, y que cualquier intento gubernamental de promover la agroecología en un escenario de acaparamiento de tierras o promoción de

megaproyectos despojadores, es una franca corrupción y cooptación de la agroecología (Giraldo; Rosset, 2021, p. 715).

Tal disputa evidencia os interesses, posições e conflitos de classe e os projetos societários que se contrapõem desde a dinâmica de organização dos sistemas alimentares, em suas bases científicas, técnicas e éticas em que os alimentos são produzidos, comercializados, distribuídos e consumidos (Ploeg, 2008; McMichael, 2016; Esteve, 2017). Razão pela qual, segundo Costa Neto (2008) e Rosset e Altieri (2018), é importante diferenciar agroecologia, agricultura orgânica e outras modalidades que se pautam pela substituição de insumos, pelo discurso da sustentabilidade e da economia verde, sem, contudo, romper com a lógica da produção para a exportação, com base em monocultivos e sistemas simplificados, convivendo com a concentração da propriedade da terra, recursos e meios de produção, desconsiderando fatores econômicos, sociais e culturais, como as precárias condições de trabalho e de vida das populações do campo e da cidade.

Segundo Rosset e Altieri (2018) na agroecologia as técnicas e tecnologias são construídas a partir de princípios dialogados entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais camponês e indígena, através da pesquisa participativa, levando em consideração as especificidades locais em termos ecológicos, culturais, sociais e econômicos de cada território. Em outros termos não há receita universal, é uma construção que depende da disponibilidade de recursos locais, de força de trabalho e de recursos financeiros, ademais do tamanho da unidade de produção e condições edafoclimáticas, da capacidade organizativa e articulação política em cada território.

A agroecologia expressa seus fundamentos e princípios nas práticas de produção e consumo de alimentos sem uso de agrotóxicos; com enriquecimento da matriz produtiva e ecológica; construção de sistemas resilientes, com espécies adaptadas às condições edafoclimáticas e resistentes as adversidades; revitalização da agricultura camponesa; otimização da agricultura urbana e sistemas alternativos de produção; consumo cultural e geograficamente referenciado; reciclagem de nutrientes; balanço energético positivo; melhoria da matéria-orgânica, atividade biológica e condições de retenção de água no solo (Primavesi, 2002; Altieri; Nicholls, 2009; Primavesi, 2016; Altieri; Toledo, 2010; Machado; Machado Filho, 2014; Rosset; Altieri, 2018).

E para tal, prima pela diversificação de espécies vegetais e recursos genéticos do agroecossistema no tempo e espaço; integração entre agricultura e pecuária; policultivos e rotação de culturas; uso de sementes nativas e raças locais de animais; controle natural de

plantas espontâneas, insetos e fitopatógenos; uso de compostos e adubação verde; menor dependência externa à insumos e energia; promoção da soberania alimentar e energética; construção de circuitos curtos de produção e consumo e; envolvimento de agricultoras e agricultores na pesquisa e sistematização do conhecimento.

A reforma agrária, a democratização da posse e propriedade da terra e dos meios de produção e o enfrentamento à grilagem, à expropriação das comunidades camponesas, à produção de *commodities* e à exploração mineral também são aspectos presentes formulação da concepção da agroecologia, assim como ampliar o número de camponesas e camponeses, elevar a produtividade e diminuir penosidade do trabalho no campo (Anderson; Bruil; Chappell; Kis; Pimbert, 2020; Embrapa, 2006; Rosset; Altieri, 2018; Altieri; Nicholls, 2021).

Em entrevistas concedidas, Gilmar Mauro e Diogo Mazin, dirigentes do MST ressaltam a necessidade de interação da agroecologia com a vida urbana e com modificações nas estruturas da sociedade “[...] a gente sabe que só é possível a gente ter uma agricultura completamente agroecológica, se isso tiver associado com uma transformação profunda da sociedade” (Entrevista concedida, por Diogo Mazin, em 05 de agosto de 2021).

Wezel *et al.* (2009) afirmam que os enfoques da agroecologia refletem o movimento da sociedade e as contradições em relação a agricultura industrial e a atuação de movimentos sociais e ambientais em cada território. No âmbito dos movimentos socioterritoriais do campo, a Via Campesina e as organizações que a compõem, dentre as quais o MST, se apropria da agroecologia como “matriz produtiva e projeto político de enfrentamento do capital no campo, construída em uma perspectiva politizada e a partir de um sujeito histórico” (Barbosa; Rosset, 2017, p. 705) como uma construção coletiva e parte de um projeto de emancipação humana.

Assim sendo, propomos uma abordagem da construção da agroecologia como catalisadora, promotora de coalizões (Briata; Colomb; Mayer, 2020) e parte integrante da disputa entre a classe trabalhadora e a burguesia pelo direito de ser, estar, organizar e representar o espaço (García, 2017) bem como de usufruir de suas potencialidades e construir seus territórios e territorialidades, que para alcançar seus objetivos mobiliza e se apropria dos territórios (Halvosen; Fernandes; Torres, 2022), o que nos leva a interpretá-la como um movimento socioterritorial. Elementos que vamos correlacionar com a práxis do MST na organização de seus territórios e produção e comercialização de alimentos saudáveis.

A construção da agroecologia nos territórios conquistados pelo MST

A ação dos movimentos socioterritoriais possibilita a apropriação do espaço. No processo de luta pela terra e pela reforma agrária, as ocupações de terras, os acampamentos e os assentamentos são a expressão da apropriação do espaço e demonstram as possibilidades para se construir novas dinâmicas territoriais, técnicas e territorialidades que priorizam a posse e o uso da terra e demais bens da natureza, em função do bem-estar coletivo e se contrapõe a lógica do agronegócio e do capital.

De acordo com Costa Neto (2000), os fundamentos da agroecologia, em seus aspectos relacionados sustentabilidade ecológica da produção de alimentos, podem ser identificados nos documentos políticos do MST, desde o I Congresso Nacional (1985) e do I Encontro Nacional de Agricultores Assentados (1985).

Partindo de uma retrospectiva da inserção do MST em questões relacionadas à sustentabilidade, pode-se verificar que desde o seu primeiro congresso nacional, em 1985, o MST tem esboçado, ainda que inicialmente de forma um tanto tímida, uma inclinação favorável aos temas de preservação ambiental (Costa Neto, 2000, p. 7).

Contudo, nossas pesquisas demonstram que é a partir, do programa agrário de 2014 (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2014), que tais princípios aparecem com maior contundência. Para Borsatto (2011, p. 51) “a defesa da agroecologia dentro do MST está em uma curva ascendente”, apesar dos desafios internos encontrados internamente, dentre os quais a estrutura organizativa adotada pelo movimento socioterritorial.

No seu VI congresso, em 2014, o movimento socioterritorial aprovou o programa agrário com o lema “Lutar: construir Reforma Agrária Popular”, tendo como um dos fundamentos a defesa do direito universal do acesso a alimentação, e reivindicou a agroecologia, como matriz produtiva capaz de produzir alimentos para toda população, com base no cuidado e respeito entre seres humanos e com a natureza (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2014). Na nossa interpretação esse foi um passo importante para reposicionar a luta pela terra e pela reforma agrária diante dos desafios atuais da humanidade, visto que colocou em evidência a necessidade de reestabelecer outras relações sociedade-natureza, como forma de enfrentar o capital e explicitou o alimento como um elo importante entre as lutas do campo e da cidade, ao denunciar as relações de produção, circulação e consumo adotadas pela agricultura capitalista e se propor a superá-la.

Assim, interpretamos a agroecologia, na práxis política do MST como a materialização da Reforma Agrária Popular, redimensionando e ressignificando o espaço, que deixa de ser voltado para a exploração e a reprodução do capital e passa a ser o espaço de produção de alimentos e de vida em abundância. Dessa forma, agrega o componente ambiental à luta de classes e a conflitualidade da questão agrária às lutas ambientais. Segundo a dirigente do MST, Kelli Mafort “não existe luta de classes sem incorporar esse tema agrário-ambiental, mas também não tem luta de defesa ambiental que não leve em consideração os povos e seus territórios” (Entrevista concedida, 2021).

Para Martins (2017) e Martins, Nunes e Gasparin (2021), a agroecologia é uma decisão política do MST, fazendo parte do conjunto de esforços dispendidos historicamente para consolidar nos acampamentos e assentamentos uma matriz produtiva e técnico-científica que possibilite o enfrentamento ao poder das corporações sobre o sistema de produção e abastecimento alimentar. E associada à cooperação agrícola contribui para o aumento da produtividade e diminuição da penosidade do trabalho, bem como, promove a gestão coletiva do território, com a efetiva participação dos sujeitos no planejamento, na tomada de decisão, na execução e nos resultados do trabalho.

Para Monnerat (2019) a construção da agroecologia no MST é marcada pela dimensão do cuidado e da valorização do trabalho executado e do conhecimento produzido pelas mulheres e pela juventude nos territórios. Na nossa compreensão, tais aspectos, foram evidenciados nos debates realizados no Encontro Nacional de Mulheres do MST, em março de 2020, quando pudemos identificar uma forte presença feminina e juvenil na práxis da agroecologia no MST. A dirigente Maria Rodrigues avalia que a síntese da agroecologia para o MST encontra-se expressa no documento intitulado “compromissos do MST com a terra e com a vida”, elaborado na década de 1990 (Entrevista concedida, 2021).

Tal manifesto, como podemos observar pelo quadro a seguir, convoca as famílias acampadas e assentadas para as práticas da solidariedade, do cuidado e respeito à vida em suas múltiplas dimensões; a se dedicarem aos estudos visando o aperfeiçoamento técnico e intelectual e a lutar contra a fome, as injustiças, a violência, a exploração e a privatização da terra e demais bens da natureza.

Quadro 1 – Compromissos do MST com a terra e com a vida

Compromissos do MST com a terra e com a vida	
Os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida.	
1	Amar e preservar a terra e os seres da natureza.
2	Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.
3	Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.
4	Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.
5	Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.
6	Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças e árvores.
7	Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.
8	Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza.
9	Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.
10	Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.

Fonte: Documento cedido pela dirigente Maria Rodrigues (2021).

São notáveis os avanços do MST na construção de uma práxis agroecológica, entretanto, de acordo com a avaliação interna, os processos em andamento demonstram a ausência de política públicas de apoio e fomento da produção e da comercialização de alimentos agroecológicos. Os programas governamentais executados no período de 2003-2014 foram insuficientes diante das necessidades de investimentos em assessoria técnica, pesquisa, capacitação e infraestrutura de modo geral, especialmente nas áreas de assentamentos, que via de regra são instalados em ecossistemas desequilibrados, onde anteriormente existia práticas degradantes do latifúndio-agronegócio (Entrevista concedida por Diogo Mazin, dirigente do MST, 2021).

De maneira geral, as(os) entrevistadas(os) remetem à espacialização e territorialização da agroecologia em áreas de reforma agrária, às ações de formação, educação, comunicação, capacitação, articulação com a sociedade, mobilização política, intercâmbio, experimentação e participação em espaços políticos, econômicos e produtivos, como as feiras. Para o dirigente do MST, José Aparecido Gomes, cada experiência apresenta suas especificidades, a depender da localização geográfica, histórico de lutas e resistências e parcerias envolvidas e os avanços alcançados é consequência de todo o processo de luta pela terra e reforma agrária (Entrevista concedida, 2019).

Em outros termos foi a auto-organização das famílias nas ocupações e acampamentos que capacitou o MST para as discussões e tomadas de decisão sobre gestão e uso dos territórios,

desembocando na atualidade na capacidade do MST de espacializar e territorializar a agroecologia.

Um dos desafios apontados pelo MST é o de transformar a agroecologia em princípio organizador da sociedade, estabelecendo uma dinâmica de corresponsabilização pela produção, comercialização e consumo entre camponesas e camponeses e trabalhadoras/es que vivem e trabalham na cidade, rompendo com a lógica de relação entre trabalhadoras(es) do campo e da cidade, como produtoras(es) e consumidoras(es).

Neste sentido, podemos pensar a produção, a circulação e o consumo de alimentos agroecológicos, como elementos aglutinadores das lutas e da relação campo-cidade, que pode vir a ser os catalisadores (Briata; Colomb; Mayer, 2020) de uma aliança para a implantação de uma efetiva reforma agrária no país e promoção de transformações nas relações sociedade-natureza, superando a lógica do capital.

Na nossa interpretação, tais elementos contém a concepção da agroecologia como movimento socioterritorial, apesar de não aparecer explicitamente nas análises do MST. E por outro lado nos coloca o desafio de refletir sobre a relação entre movimentos, como o MST se relaciona com o movimento agroecológico, como o movimento agroecológico orienta a ação do MST e como o MST internaliza esse movimento e contribui para sua construção como um movimento mais abrangente da sociedade.

As experiências de circuitos curtos de comercialização e os desafios para viabilizar a agroecologia econômica e politicamente

O esforço do MST em dialogar sobre seu programa agrário com a sociedade, faz com que haja um exercício constante de iniciativas que articulem uma pauta de lutas em torno das necessidades da população do campo e da cidade, o que Briata, Colomb e Mayer (2020) caracterizam como catalisadores. Contexto em que podemos compreender as experiências de produção, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos. De acordo com os dados da nossa pesquisa, nos últimos anos é perceptível o processo de espacialização e territorialização das iniciativas de agroecologia, desde a produção até a comercialização, o diálogo e a articulação com a sociedade.

No que se refere a comercialização da produção agroecológica proveniente das áreas de acampamentos e assentamentos, tem se destacado formas de comercialização, que podemos caracterizar como circuitos curtos de comercialização, em que se enquadram a venda em

programas de compras institucionais, como PAA e PNAE e vendas diretas aos consumidores, principalmente feiras e entregas de cestas e mais recentemente tem se surgido iniciativas de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA).

Segundo Darolt, Lamine e Brandenburg (2013) e Rover e Lampa (2013), circuitos curtos de comercialização são modalidades que privilegiam o contato direto entre quem produz e quem consome. Assim, contribuem para modificar a forma como a sociedade se relaciona com os alimentos e as dimensões sociais, econômicas, culturais e ecológicas inerentes ao processo de produção, comercialização e consumo, de tal modo que se constrói uma postura de corresponsabilização. Não se trata apenas de uma relação comercial, mas de identificação e compromisso com um sistema alimentar pautado pelo respeito e cuidado entre seres humanos e com a natureza, de proposição e exercício de formas de sociabilidade, tecnicidades e territorialidades pautadas pelo acesso universal a alimentos saudáveis, pela preservação da biodiversidade, valorização das paisagens locais, reciprocidade, solidariedade e respeito mútuo. Os circuitos curtos de comercialização podem ser vislumbrados como ferramentas de contestação e enfrentamento ao sistema alimentar hegemônico pelo capital em busca da maximização dos lucros das grandes corporações que controlam o processo de produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos em escala global (Darolt; Lamine; Brandenburg, 2013; Rover; Lampa, 2013).

O MST salienta a importância dos circuitos curtos de comercialização para transformações na forma de uso, apropriação e gestão do espaço e do território, viabilização econômica das famílias assentadas por meio da eliminação de atravessadores e consequente comercialização da produção agrícola à preços justos (Entrevistas concedidas pelos dirigentes do MST: Cledson Mendes, em: 22 nov. 2022 e Claudécir Adriano da Silva, em: 05 out. 2019) encurtamento das distâncias entre locais de produção, comercialização e consumo, diminuição do uso de combustíveis fósseis e a geração de resíduos (Entrevista concedida por Gilmar Mauro, dirigente do MST, 2021).

Os circuitos curtos de comercialização, no contexto da Reforma Agrária Popular, para além de proporcionar renda às(aos) agricultoras(es), “é parte do enfrentamento ao projeto de mercantilização do alimento e da vida, da luta por mudança estrutural e se refere a questão do metabolismo e à vida no planeta Terra” (Entrevista concedida por Kelli Mafort, dirigente do MST, 2021).

De acordo com Diogo Mazin, dirigente do MST, as experiências de produção agroecológica e circuitos curtos de comercialização devem observar as especificidades de cada

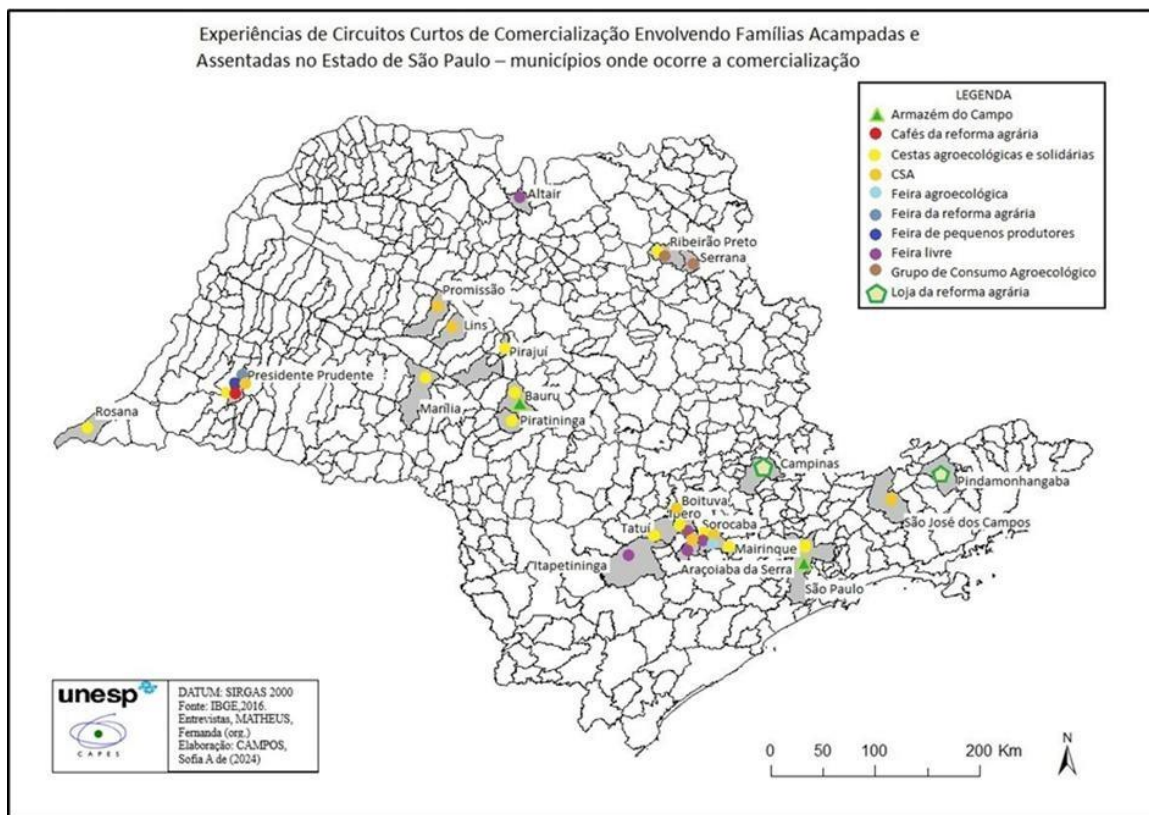
território, combinar-se com a lutas por transformações estruturais na sociedade, oferecer à sociedade comida livre de veneno e adubos sintéticos e incentivar hábitos alimentares saudáveis, o consumo de alimentos *in natura*, geográfica e culturalmente referenciados (Entrevista concedida por Diogo Mazin, 2021).

O ascenso das experiências de circuitos curtos de comercialização de vendas diretas aos consumidores se deve, segundo as(os) entrevistadas(os) aos retrocessos sofridos nas políticas públicas de apoio e fomento à agroecologia e agricultura camponesa, no período do golpe (2016-2022), de modo geral, mas especialmente nos programas de compras institucionais. Outro aspecto elencado, é o sucesso alcançado pela primeira Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em 2015, que incentivou diversas outras iniciativas em escala local, regional, estadual e nacional (Chã *et al.*, 2017).

A seguir podemos identificar na figura 1, mapa das experiências de circuitos curtos de comercialização envolvendo famílias acampadas e assentadas no estado de São Paulo – município onde ocorre a comercialização, que entre as modalidades de circuitos curtos de comercialização articuladas pelas famílias assentadas e acampadas no estado de São Paulo estão as feiras, as entregas de cestas, as lojas da reforma agrária, os Armazéns do Campo, as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), os Grupos de Consumo Agroecológico (GCA) e os cafés da Reforma Agrária, com predominância feiras, cestas agroecológicas e solidárias e CSA.

Podemos observar, também que os pontos de comercialização se encontram dispersos no estado, com concentração em dois municípios: Presidente Prudente e Sorocaba. Com ocorrência, também nos municípios de Altair, Araçoiaba da Serra, Bauru, Boituva, Campinas, Gália, Iperó, Itapetininga, Lins, Mairinque, Marília, Pindamonhangaba, Pirajuí, Piratininga, Promissão, Restinga, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São Paulo e Tatuí.

Figura 1 – Mapa das experiências de circuitos curtos de comercialização envolvendo famílias acampadas e assentadas no estado de São – municípios onde ocorre a comercialização



Fonte: Relato de entrevistas (2019-2023). Organização de Matheus (2023). Cartografia de Campos (2024).

Os relatos de entrevistas demonstram que cada experiência se constrói a partir das especificidades locais, desde a escala de atuação, procedimentos operacionais, envolvimento das(os) trabalhadoras(es) urbanos, instituições parceiras e incidência na articulação política em torno do debate sobre reforma agrária e agroecologia e sua importância para um projeto de sociedade justa e democrática. Tais iniciativas são conjugadas com a realização de debates políticos, intercâmbios e confraternização, com a intencionalidade de ampliar o comprometimento com mudanças conjunturais e estruturais na sociedade.

As iniciativas de comercialização citadas contam com influências e contribuições na concepção e operacionalização de órgãos de assistência técnica e instituições de pesquisa, ensino e extensão, coletivos, sindicatos e articulações, como: Universidade Estadual Paulista - UNESP, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo - ESALQ/USP, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Instituto Federal de São Paulo - IFSP, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Social do Comércio - SESC, Mutirão Agroflorestal,

Campanha Permanente de Luta contra os Agrotóxicos, Articulação Paulista da Agroecologia - APA, Coletivo cultural Galpão da Lua, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP, Sindicato dos Servidores Municipais de Bauru e Sindicato dos Servidores Municipais de Marília.

No que se refere a produção agroecológica em áreas de reforma agrária, no estado de São Paulo, destacam-se os sistemas agroflorestais (SAF).

[...] Mas ganhou força mesmo lá na região de Ribeirão Preto, lá no Mário e depois foi disseminado para vários outros assentamentos nossos. Então, os sistemas agroflorestais trouxeram muito forte esse debate da agroecologia, de você plantar árvores e plantar comida, tudo no mesmo espaço, ele está tendo muito (Joice Lopes, entrevista concedida em 2021).

Outras iniciativas em andamento, além dos SAF, são a produção de grãos, milho, feijão e soja; as hortas agroecológicas, os quintais agroflorestais e sistemas produtivos com base nos princípios da permacultura (Entrevista concedida por Joice Aparecida Lopes, 2021). Algumas experiências são certificadas ou estão em processo de obtenção de certificação de produção orgânica, através de certificadoras ou sistemas participativos, com a criação das Organizações de Controle Social – OCS (Brasil, 2008a) ou dos Sistemas Participativos de Garantia – SPG (Brasil, 2008b).

O MST ressalta a importância da formação e capacitação técnica para a construção, espacialização e territorialização da agroecologia, dando ênfase às metodologias que se propõem a fortalecer as dinâmicas de trocas de experiências, intercâmbios, experimentação e demonstração dirigidos pelas próprias agricultoras e agricultores (entrevista concedida a Diogo Mazin, dirigente do MST, 2021).

Dentre as ações de formação e capacitação técnica em agroecologia, no estado de São Paulo, em que o MST participou, identificamos, as seguintes ações: cursos técnicos de nível médio, realizados nas regiões Sudoeste, Pontal do Paranapanema e Ribeirão Preto, em parceria com o Colégio Técnico do Unicamp - Cotuca, e o Centro Paula Souza; curso pós-médio, em parceria com a UNESP de Marília e Escola Técnica Estadual - ETEC de Paraguaçu Paulista; curso de Agronomia e curso de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER com a UFSCar (Entrevista concedida a Joice Lopes, 2021).

Na década de 1990, a Central de Cooperativas dos Assentados - CCA-SP, entidade mantida pelo MST, para o fomento ao cooperativismo, atuou ativamente, organizando e executando atividades e cursos de longa duração, em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, o Centro Paula Souza e o Instituto Giramundo

(Entrevista concedida a Rodrigo Moreira, 2022).

Para Diogo Mazin o desafio para espacialização, territorialização da produção e comercialização de alimentos agroecológicos, consiste em ampliar a propaganda, o aprofundamento teórico, a experimentação de práticas, técnicas, tecnologias e metodologias apropriadas; a sistematização e análise das iniciativas, através de dinâmicas que privilegiam o planejamento coletivo; o aperfeiçoamento de ferramentas de gestão e controle (Entrevista concedida, 2021).

Gilmar Mauro, destaca a necessidade de superar o espontaneísmo e descontinuidades na atuação do MST na construção da agroecologia e circuitos curtos de comercialização, definindo uma orientação política explícita para orientar a militância. E Cledson Mendes ressalta o aspecto da conquista de políticas públicas, visando investimentos públicos de apoio e fomento, com financiamentos, garantia de compra e de condições para armazenamento, acondicionamento e transporte (Entrevista concedida, 2022).

A espacialização e territorialização das iniciativas de comercialização para os bairros populares, onde se encontra a população de menor poder aquisitivo, também são elencados entre os desafios do MST para a universalização do acesso a alimentos saudáveis, como demonstra as entrevistas concedidas por Joice Lopes em: 02 jul. 2021 e Maria Rodrigues, em: 24 set. 2021. Bem como, articular as várias iniciativas buscando minimizar os deslocamentos e o dispêndio de combustíveis (Entrevista concedida a Ademar Ludwig, 2021).

A multiplicidade de iniciativas em suas especificidades, de acordo com a realidade local e expectativas dos sujeitos envolvidos e a diversidade de alimentos produzidos e comercializados, são aspectos da confirmação da capacidade da agroecologia de fornecer alimentos em qualidade e quantidade suficientes para a população. E projetam os assentamentos, como espaços de luta social, de disputa pelo território, de formas de sociabilidade e territorialidades baseadas no cuidado e respeito, propõem outra relação entre quem consome e quem produz os alimentos e dos seres humanos com a natureza e com seus alimentos.

Considerações finais

O desafio que está colocado frente ao avanço do capital de forma tão agressiva e depredatória sobre a vida das pessoas não é apenas procurar novas teorias para explicar as localidades e as consequências da globalização, mas de produzir teorias e práticas visando

superar a dinâmica de segregação espacial e territorial, que dificultam que as trabalhadoras e trabalhadores se conheçam, se reconheçam e se identifiquem como sujeitos com interesses e inimigos comuns e como portador de potencialidades capazes de inventar e reinventar o modo de ser e estar no espaço e nos territórios, bem como planejar, organizar, gerir e representar o espaço e os territórios com base em princípios da solidariedade, cooperação, respeito e ajuda mútua.

No tempo presente, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais têm representado essa possibilidade de aglutinação de pautas e intercâmbios de experiências que contém as sementes das resistências e das insurgências. Suas estratégias de luta aliam o confronto direto, como a ocupação de terras com ações para garantir-se nos territórios, viabilizar as condições de vida social, econômica, cultural e política, impedindo a desterritorialização das camponesas e camponeses, como as práticas de comercialização que privilegiam o contato direto entre quem produz e quem consome.

O MST ao longo de sua existência percebeu as múltiplas dimensões da luta e atua constantemente no sentido de ocupar novos espaços, construir novos territórios e manter-se nos territórios já conquistados, para isso tem buscado metodologias de diálogo e articulação com outros segmentos da classe trabalhadora. Recentemente a agroecologia tem se destacado neste sentido, firmando-se como movimento socioterritorial, que tem o território como trunfo e que se materializa ao apropriar-se do espaço e propor outras técnicas, territorialidades e sociabilidades, pautadas pelo enfrentamento ao agronegócio e ao sistema alimentar hegemonizado pela lógica do capital.

É importante afirmar a agroecologia enquanto movimento socioterritorial para que esta não seja cooptada, desvirtuada, adestrada pelo capital e colocada a serviço da sua reprodução ampliada. A produção e a comercialização de alimentos saudáveis no contexto da produção da comida em massa demonstram a agroecologia como movimento socioterritorial, com capacidade de agregar outros segmentos da sociedade para lutar por transformações na sociedade.

A construção das experiências de produção e comercialização agroecológica, via circuitos curtos de comercialização, despontam como afirmação da práxis do MST, no contexto da Reforma Agrária Popular e pode contribuir para a retomada das ocupações e a sensibilização da população para a defesa da reforma agrária, enquanto projeto que dialoga direta e indireta com as necessidades reais da vida cotidiana da população do campo e da cidade. Constitui-se em exercício cotidiano das lutas diretas e das lutas para manter-se nos territórios conquistados,

especializar-se e territorializar-se projetando outras sociabilidades, técnicas e territorialidades.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Mudanças climáticas e agricultura camponesa: impactos e respostas adaptativas. **Agriculturas**, v. 6, n. 1, abr. 2009.
- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. La revolución agroecológica de América Latina: rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **El otro derecho**, n. 42, dic. 2010.
- ANDERSON, C. R.; BRUIL, J.; CHAPPELL, M. J.; KIS, C.; PIMBERT, M. **Agroecology now: transformations towards more just and sustainable food systems**. Coventry: Palgrave Macmillan, 2020. Disponível em: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/46819>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- BARBOSA, L. P.; ROSSET, P. M. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: aportes da La Via Campesina e da CLOC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 140, p. 705-724, jul./set. 2017.
- BORSATTO, R. S. **A agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados da reforma agrária**. 2012. 319 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. Agroecologia e sua epistemologia. **Interciência**, v. 37, n. 9, set. 2012.
- BORSATTO, R. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645–660, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/5kP8Yd3jWNBdtXcTT98SyVv/>. Acesso em: 29 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação**. Brasília, DF: MAPA, 2008a.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos: sistemas participativos de garantia**. Brasília, DF: MAPA, 2008b.
- BRIATA, P.; COLOMB, C.; MAYER, M. Bridging across difference in contemporary (urban) social movements: territory as a catalyst. **Territory, Politics, Governance**, v. 8, n. 4, 2020.
- CHÃ, A. M.; GUINDANI, C. T.; MANCIO, D.; MATHEUS, A. As feiras nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular. In: MOLINA, M. C.; MICHELOTTI, F.; VILAS BOAS, R. V.; FAGUNDES, R. (org.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2017.
- COSTA NETO, C. Reforma agrária agroecológica em assentamentos rurais sustentáveis: uma visão comparativa. **Reforma Agrária**, v. 29/30, p. 87-100, jan./dez. 2000.

COSTA NETO, C. Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: FERNANDES, B. M. (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: CLACSO; Expressão Popular, 2008.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. In: CONSTRUÇÃO social dos mercados. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, jun. 2013.

DESMARAIS, A. A. **A Via Campesina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2007.

EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação e Tecnologia, 2006.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida**: quem controla nossa alimentação? São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ESTEVE, E. V. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.

ESTEVE, E. V. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, n. 6, ano 8, p. 14-34, jan./jun. 2005.

ESTEVE, E. V. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2015.

ESTEVE, E. V. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Brasília, DF: SEPLAN, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/identem/564>. Acesso em: 18 dez. 2020.

ESTEVE, E. V.; SOBREIRO FILHO, J. Teoria dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. In: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. S. (org.). **Teorias na Geografia**: mundos possíveis. Rio de Janeiro: Consequência, 2023.

GARCÍA, M. F. Feminismos, sujeitos políticos e territórios. In: KATEMARI, D. R.; CAETANO, M.; CASTRO, P. A. **Gênero e sexualidade**: intersecções necessárias à produção de conhecimento. Campina Grande: Realize, 2017.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. **Guaju**, Matinhos, v. 2, n. 1, p. 14-37, jan./jun. 2016.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. Principios sociales de las agroecologías emancipadoras. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, jul./dez. 2021.

HALVORSEN, S.; FERNANDES, B. M.; TORRES, F. V. Movimientos socioterritoriales: casos de América Latina y Europa. **Geografando**, v. 17, n. 2, e097, abr. 2022.

LIMA, W. F. P.; MATHEUS, F. A.; FERNANDES, B. M. Disputas territoriais entre o MST e o agronegócio no assentamento Rodeio – município de Presidente Bernardes – SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 46, v. 4, 2021.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MACHIN SOSA, B.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A.; ROSSET, P. **Revolução agroecológica**: o movimento camponês a camponês. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MASSEY, D. A counterhegemonic relationality of place. *In*: MCCANN, E.; WARD, K. (ed.). **Mobile urbanism**: cities and policymaking in the global age. Minneapolis: University of Minnesota, 2011.

MATHEUS, F. A. **Agroecologia como movimento socioterritorial**: um estudo sobre circuitos curtos de comercialização e Reforma Agrária Popular no estado de São Paulo. 2023. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

MATHEUS, F. A. Articulações e movimentos pela soberania alimentar no mundo: Via Campesina e Movimento Nyéléni pela Soberania Alimentar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFAS E GEÓGRAFOS DO BRASIL, 20., 2022. **Anais** [...]. São Paulo: ENG, 2022. Disponível em: <https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais>. Acesso em: 30 maio 2023.

MARTINS, A. F. G. **A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre**. 2017. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MARTINS, A. F. G.; NUNES, D.; GASPARIN, G. Reforma Agrária Popular. *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: EdUNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP; Porto Alegre: EdUFRGS, 2016.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. **Quem produz a comida para os brasileiros?: 10 anos do Censo Agropecuário de 2006**. São Paulo: UNESP, 2016. Disponível em: www2.fct.unesp.br. Acesso em: 15 jan. 2026.

MONNERAT, P. F. **Mulheres camponesas e agroecologia no MST do Paraná**. 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa agrário do MST**. São Paulo: MST, 2014.

NEVES, P. Veneno pulverizado em plantações de soja contamina outros cultivos no RS. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 25 nov. 2024.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: EdUNESP, 2013.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios agroalimentares**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEÃO, P. C. R. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 712-767, 2020.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo**. São Paulo: Nobel, 2002.

PRIMAVESI, A. **Manual do solo vivo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAPPAPORT, J. Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 43, p. 197-229, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105015277007>. Acesso em: 30 set. 2019.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecología: ciencia y política**. 3. ed. Quito: SOCLA, 2018.

ROVER, O. J.; LAMPA, F. M. Rede de agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Construção social dos mercados: Agriculturas**, v. 10, n. 2, jun. 2013.

SILVA, A. A.; SOBREIRO FILHO, J.; FERNANDES, B. M. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais e conflitualidades. In: SOBREIRO FILHO, J. *et al.* (org.). **Ofensiva e resistências**. Belém: UFPA, 2021.

SILVESTRE, G.; JAJAMOVICH, G. The role of mobile policies in coalition building. **Urban Studies**, v. 58, n. 11, 2021.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

THOMAZ JÚNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohídronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16020, 2017.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território**, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.

TOLEDO, V. M. La agroecología en Latinoamérica: três revoluciones, una misma transformación. **Agroecología**, v. 6, n. 37, p. 37-46, 2011. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160651>. Acesso em: 29 dez. 2021.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/41699743>. Acesso em: 10 maio 2021.

WEZEL, A.; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 7, n. 1, p. 3-18, 2009.